

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA

Glauce Cristine Martins Tavano¹
Márcia Regina Lisboa Pinheiro Mendes²
Nayara Carvalho Machado de Oliveira³

RESUMO: Este artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre práticas pedagógicas inclusivas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco na participação e na aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial. O problema que orienta a revisão consiste em compreender quais práticas pedagógicas inclusivas vêm sendo investigadas nessa etapa e que barreiras, facilitadores e contribuições para a participação e a aprendizagem são identificados pela literatura científica. A metodologia adotada foi a revisão sistemática da literatura, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, com síntese temática dos estudos selecionados e documentação do fluxo de busca e seleção conforme as diretrizes do PRISMA 2020. A busca foi realizada na base SciELO (coleção Brasil), com descritores em português, inglês e espanhol, no período de 2015 a 2026. Foram identificados 180 registros brutos; após a remoção de duplicatas e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 16 estudos compuseram o corpus final. Os resultados evidenciam a predominância de estudos sobre Desenho Universal para Aprendizagem, ensino colaborativo, atendimento educacional especializado e recursos pedagógicos e tecnologias assistivas, com ênfase em estudantes com Transtorno do Espectro Autista e deficiência intelectual. A revisão identifica tensões entre a adaptação individual posterior e o planejamento inclusivo desde o início, e destaca barreiras atitudinais, curriculares e de formação docente. Conclui-se que as práticas pedagógicas inclusivas mais investigadas articulam planejamento antecipado, recursos acessíveis, colaboração entre profissionais e mediação docente, e que a produção ainda concentra pouca atenção em áreas curriculares específicas e na voz dos próprios estudantes.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Práticas pedagógicas. Educação especial. Anos iniciais. Revisão sistemática.

¹ Graduada em Pedagogia, Professora de Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes/SP.

² Graduada em Pedagogia, Professora de Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes/SP.

³ Graduada em Pedagogia, Professora de Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes/SP.

ABSTRACT: This article presents a systematic literature review on inclusive pedagogical practices in the early years of Elementary School, focusing on the participation and learning of students who are the target audience of special education. The problem guiding the review is to understand which inclusive pedagogical practices have been investigated at this stage and what barriers, facilitators and contributions to participation and learning are identified by the scientific literature. The methodology adopted was a systematic literature review, of a bibliographic nature and qualitative approach, with thematic synthesis of the selected studies and documentation of the search and selection flow according to the PRISMA 2020 guidelines. The search was carried out in the SciELO database (Brazil collection), with descriptors in Portuguese, English and Spanish, from 2015 to 2026. A total of 180 raw records were identified; after removing duplicates and applying inclusion and exclusion criteria, 16 studies composed the final corpus. The results show the predominance of studies on Universal Design for Learning, collaborative teaching, specialized educational service and pedagogical resources and assistive technologies, with emphasis on students with Autism Spectrum Disorder and intellectual disabilities. The review identifies tensions between later individual adaptation and inclusive planning from the start, and highlights attitudinal, curricular and teacher training barriers. It is concluded that the most investigated inclusive pedagogical practices articulate advance planning, accessible resources, collaboration among professionals and teaching mediation, and that production still pays little attention to specific curricular areas and to the voice of the students themselves.

Keywords: Inclusive education. Pedagogical practices. Special education. Early years. Systematic review.

RESUMEN: Este artículo presenta una revisión sistemática de la literatura sobre prácticas pedagógicas inclusivas en los primeros años de la Educación Primaria, con foco en la participación y el aprendizaje de estudiantes público objetivo de la educación especial. El problema que orienta la revisión consiste en comprender qué prácticas pedagógicas inclusivas se han investigado en esta etapa y qué barreras, facilitadores y contribuciones para la participación y el aprendizaje son identificados por la literatura científica. La metodología adoptada fue la revisión sistemática de la literatura, de naturaleza bibliográfica y enfoque cualitativo, con síntesis temática de los estudios seleccionados y documentación del flujo de búsqueda y selección según las directrices PRISMA 2020. La búsqueda se realizó en la base SciELO (colección Brasil), con descriptores en portugués, inglés y español, en el período de 2015 a 2026. Se identificaron 180 registros brutos; tras la eliminación de duplicados y la aplicación de los criterios de inclusión y exclusión, 16 estudios compusieron el corpus final. Los resultados evidencian el predominio de estudios sobre Diseño Universal para el Aprendizaje, enseñanza colaborativa, atención educativa especializada y recursos pedagógicos y tecnologías de apoyo, con énfasis en estudiantes con Trastorno del Espectro Autista y discapacidad intelectual. La revisión identifica tensiones entre la adaptación individual posterior y la planificación inclusiva desde el inicio, y destaca barreras actitudinales, curriculares y de formación docente. Se concluye que las prácticas pedagógicas inclusivas más investigadas articulan planificación anticipada, recursos accesibles, colaboración entre profesionales y mediación docente, y que la producción aún presta poca atención a áreas curriculares específicas y a la voz de los propios estudiantes.

Palabras clave: Educación inclusiva. Prácticas pedagógicas. Educación especial. Primeros años. Revisión sistemática.

INTRODUÇÃO

A matrícula de estudantes público-alvo da educação especial na escola comum representa apenas uma dimensão do processo de inclusão. A efetivação da inclusão envolve condições pedagógicas que permitam participação, acesso ao conhecimento, interação e aprendizagem (AINSCOW M, 2004). A literatura apresenta diferentes estratégias — adaptações curriculares, recursos acessíveis, ensino colaborativo, tecnologias assistivas, diferenciação pedagógica, desenho universal para aprendizagem e apoio entre pares —, investigadas sob perspectivas teóricas e metodológicas bastante distintas. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, período de constituição das primeiras aprendizagens sistemáticas, a qualidade das práticas pedagógicas inclusivas é decisiva para que a presença física na turma se converta em participação e aprendizagem.

Diante desse cenário, este artigo formula o seguinte problema de pesquisa: quais práticas pedagógicas inclusivas vêm sendo investigadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e que barreiras, facilitadores e contribuições para a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial são identificados pela literatura científica? A pergunta norteadora da revisão é: o que a produção científica revela sobre práticas pedagógicas inclusivas voltadas à participação e à aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

O objetivo geral do estudo é analisar sistematicamente a produção científica sobre práticas pedagógicas inclusivas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, identificando estratégias, formas de organização do ensino, barreiras, facilitadores e contribuições relacionadas à participação e à aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial. Como objetivos específicos, busca-se: mapear a produção científica recente sobre o tema; identificar as concepções de inclusão presentes nos estudos; categorizar as estratégias pedagógicas investigadas; examinar formas de flexibilização e acesso ao currículo; analisar o papel atribuído ao professor da classe comum; investigar práticas de colaboração entre profissionais; identificar recursos pedagógicos e tecnologias de acessibilidade utilizados; analisar o papel das interações entre pares; examinar como participação e aprendizagem são avaliadas pelos estudos; e identificar barreiras, facilitadores e lacunas presentes na literatura.

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e síntese temática dos estudos selecionados. O fluxo de identificação, triagem e inclusão foi documentado a partir das diretrizes do PRISMA 2020 (PAGE MJ, et al., 2021). O artigo está organizado em cinco seções: fundamentação teórica, metodologia, resultados, discussão e considerações finais.

Educação inclusiva, participação e aprendizagem: fundamentos teóricos

A distinção entre integração e inclusão é central para delimitar o objeto desta revisão. Na perspectiva da integração, o estudante precisa adaptar-se predominantemente à estrutura escolar já existente; na perspectiva da inclusão, a escola e as práticas procuram remover barreiras para ampliar participação e aprendizagem (BOOTH T e AINSCOW M, 2002). Ainscow M (2004) desloca a análise da deficiência individual para as barreiras existentes nos contextos educacionais, propondo que a inclusão seja compreendida como processo contínuo de aumento da participação e redução da exclusão.

O modelo social da deficiência e as discussões sobre capacitismo ampliam essa perspectiva: as barreiras atitudinais, comunicacionais e curriculares, e não as características individuais, são os principais obstáculos ao desenvolvimento (SILVA RHR e PADILHA AML, 2025). No plano do currículo, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), desenvolvido por Rose DH e Meyer A (2002), propõe múltiplos meios de representação, ação e expressão e engajamento, de modo que a acessibilidade pedagógica seja planejada desde o início, e não como adaptação posterior. No contexto brasileiro, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) consolida o atendimento educacional especializado como apoio complementar à escolarização na classe comum. Esses fundamentos orientam a leitura do corpus desta revisão: interessa identificar como a produção científica descreve práticas que efetivamente procuram reduzir barreiras à participação e à aprendizagem, sem antecipar conclusões sobre a superioridade de uma abordagem.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como revisão sistemática da literatura, de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e síntese temática dos estudos selecionados, conforme as recomendações do PRISMA 2020 (PAGE MJ, et al., 2021).

A busca foi realizada na base SciELO (coleção Brasil), com descritores em português, inglês e espanhol, organizados em quatro eixos: inclusão (educação inclusiva, inclusão escolar, práticas inclusivas, ensino inclusivo, práticas pedagógicas inclusivas, inclusive education, inclusive schooling, inclusive teaching, inclusive practices, inclusive pedagogy, educación inclusiva, inclusión escolar, prácticas inclusivas); educação especial e público-alvo (educação especial, deficiência, necessidades educacionais especiais, transtorno do espectro autista, special education, disability, students with disabilities, special educational needs, autism spectrum disorder); etapa escolar (anos iniciais, ensino fundamental, educação primária, elementary education, primary education, elementary school, primary school, educación primaria); e práticas pedagógicas (adaptação curricular, diferenciação pedagógica, ensino colaborativo, tecnologia assistiva, desenho universal para aprendizagem, acessibilidade pedagógica, curricular adaptation, differentiated instruction, co-teaching, assistive technology, universal design for learning, peer support). Foram realizadas múltiplas estratégias de busca com os operadores AND e OR, adaptadas à sintaxe da base.

Os critérios de inclusão foram: publicação entre 2015 e 2026; artigo científico de periódico; texto completo disponível; idioma português, inglês ou espanhol; estudos que envolvam estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental ou etapas equivalentes; desenvolvimento em contexto escolar inclusivo (classe comum do ensino regular, com possibilidade de articulação com atendimento especializado); abordagem de estudantes público-alvo da educação especial ou categoria equivalente no país; investigação de práticas, estratégias, adaptações ou formas de organização do ensino; discussão sobre participação, acesso ao currículo ou aprendizagem; e informações suficientes para responder à pergunta da revisão. Critério particularmente importante: não foram incluídos trabalhos que apresentassem apenas percepções ou opiniões gerais de professores sobre inclusão, sem investigação de práticas pedagógicas. Foram excluídos: estudos exclusivamente clínicos; estudos sobre diagnóstico de deficiência ou transtornos; intervenções terapêuticas sem dimensão pedagógica escolar; pesquisas realizadas exclusivamente em instituições especializadas ou classes especiais; estudos apenas sobre atitudes docentes; estudos apenas sobre legislação ou políticas públicas; estudos exclusivamente sobre acessibilidade arquitetônica; estudos somente sobre formação inicial de professores; estudos exclusivamente sobre Educação Infantil; estudos exclusivamente sobre anos finais, Ensino Médio ou Educação Superior; editoriais, resenhas e ensaios sem relação

direta com práticas inclusivas; resumos de congressos; trabalhos duplicados; e estudos sem texto integral.

Foram identificados 180 registros brutos nas estratégias de busca. Após a remoção de duplicatas e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, com base em título, resumo e metadados bibliográficos, 16 estudos compuseram o corpus final da revisão. Os dados foram extraídos em instrumento próprio, contemplando identificação, ano, país, nível de ensino, perfil dos participantes, público-alvo, área curricular, metodologia, concepção de inclusão, prática pedagógica, adaptação curricular, recurso, colaboração, papel dos pares, participação, aprendizagem, barreiras, facilitadores e principais resultados. A análise foi realizada por categorias temáticas, definidas a priori e ajustadas após a leitura do corpus.

RESULTADOS

O corpus final da revisão é composto por 16 estudos publicados entre 2017 e 2025, com forte concentração na Revista Brasileira de Educação Especial, seguida de Psicologia Escolar e Educacional, Educação em Revista, Revista Brasileira de Educação, Educação e Pesquisa, Educar em Revista, Educação & Realidade, Pro-Posições, Paidéia e Texto Livre. A maior parte das pesquisas foi realizada no Brasil, com foco em estudantes com Transtorno do Espectro Autista e deficiência intelectual, em classes comuns do ensino regular e salas de recursos multifuncionais.

No que se refere às práticas investigadas, predominam estudos sobre Desenho Universal para Aprendizagem, ensino colaborativo, atendimento educacional especializado e recursos pedagógicos e tecnologias assistivas, com menor presença de estudos sobre interações entre pares e sobre áreas curriculares específicas. A Tabela 1 apresenta o quadro-síntese dos estudos incluídos na revisão.

Tabela 1 - Quadro-síntese dos estudos incluídos na revisão

Estudo	Contexto/nível	Público	Prática investigada	Barreira/Facilitador	Contribuição principal
Benitez e Domeniconi (2018)	Escolarização (leitura e escrita)	TEA e deficiência intelectual	Intervenções aplicadas por professores e pais, com supervisão do psicólogo	Formação e apoio dos agentes	Intervenções mediadas por professores e pais favorecem a aprendizagem

Buss e Giacomazzo (2019)	Classe comum (SC)	Estudantes com deficiência	Ensino colaborativo (segundo professor de turma)	Colaboração entre professores	Interações pedagógicas do coensino e seus desafios
Cabral e Marin (2017)	Revisão nacional e internacional	Crianças com TEA	Inclusão escolar e temas investigados	Produção e metodologias	Mapeamento da produção sobre inclusão de crianças com TEA
Costa-Renders (2025)	Educação básica	Educação especial na perspectiva inclusiva	DUA como suporte à prática de ensino	Planejamento acessível	Síntese reflexiva sobre DUA e práticas inclusivas
Maturana e Mendes (2017)	Escola especial e comum	Estudantes com deficiência intelectual	Escolarização e transferências escolares	Voz dos estudantes	Concepções dos próprios alunos sobre sua escolarização
Maturana, Mendes e Capellini (2019)	Escola comum	Estudantes com deficiência intelectual	Transferências e escolarização	Família e escola	Perspectivas de profissionais e famílias sobre a escolarização
Oliveira, Munster e Gonçalves (2019)	Revisão internacional	Público da educação especial	DUA e inclusão	Práticas empíricas	Mapeamento de pesquisas empíricas sobre DUA
Oliveira, Lopes e Oliveira (2025)	Anos iniciais	Estudantes com TEA	Tecnologias assistivas na educação matemática	Recursos acessíveis	TA que auxiliam o ensino de Matemática para alunos com TEA
Pimenta (2019)	Escolarização	Estudantes com TEA	Concepções de deficiência e escolarização	Funcionamento psíquico particular	Tensão entre clínica e educação na inclusão do TEA
Pinto e Amaral (2019)	AEE	Alunos com deficiência	Formação continuada e práticas no AEE	Formação docente	Práticas de AEE favorecedoras de aprendizagem e desenvolvimento
Seabra Junior e Lacerda (2018)	Sala de recursos multifuncional	Estudantes da educação especial	Planejamento e uso de recursos pedagógicos	Tecnologia assistiva	Contingências do professor do AEE no desenvolvimento de recursos
Sebastián-Herederó (2020)	Educação básica	Todos os estudantes	Diretrizes do DUA	Planejamento universal	Apresentação e análise das diretrizes do DUA
Setúval e Seabra Junior (2025)	Revisão de literatura	Estudante público da educação especial	Recursos pedagógicos e estratégias de ensino	Colaboração	Síntese de estudos colaborativos para a inclusão
Silva e Padilha (2025)	Educação escolar	Estudantes com deficiência	Capacitismo e barreiras atitudinais	Defectologia de Vigotski	Análise do capacitismo e das barreiras à inclusão

Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020)	Anos iniciais	Estudantes com TEA	Sentimentos e práticas docentes	Formação e práticas	Experiência de professoras na inclusão de alunos com TEA
Zerbato e Mendes (2021)	Classes comuns	Público-alvo da educação especial	DUA na formação de professores	Planejamento inclusivo	Formação baseada em DUA amplia participação e aprendizagem

DISCUSSÃO

A síntese temática dos 16 estudos permitiu organizar a produção científica em cinco categorias de análise: concepções de inclusão; planejamento, adaptação curricular e recursos pedagógicos; Desenho Universal para Aprendizagem; ensino colaborativo e atuação dos profissionais; e participação, pertencimento e aprendizagem.

Concepções de inclusão

A primeira categoria reúne estudos que discutem as concepções subjacentes às práticas inclusivas. Silva RHR e Padilha AML (2025) analisam como o capacitismo opera na educação escolar, mobilizando os estudos defectológicos de Vigotski para mostrar que barreiras atitudinais, comunicacionais e informacionais limitam o desenvolvimento humano. Pimenta PR (2019) problematiza as implicações de conceber os alunos com TEA como pessoas com deficiência, destacando o risco de o educador desconsiderar o funcionamento psíquico particular desses estudantes e defendendo que os achados da Teoria da Mente e da Psicanálise contribuam para a reflexão docente. Maturana APPM e Mendes EG (2017) investigam a concepção dos alunos com deficiência intelectual sobre a escola especial e a escola comum, evidenciando a ausência de participação dos estudantes nas decisões sobre sua escolarização. Esses estudos indicam o deslocamento de uma visão centrada no estudante para uma perspectiva que considera as barreiras do contexto educacional, ainda que a voz dos próprios alunos permaneça pouco presente na produção.

Planejamento, adaptação curricular e recursos pedagógicos

A segunda categoria contempla estudos sobre planejamento, adaptações e recursos. Weizenmann LS, et al. (2020) investigam a experiência de professoras dos anos iniciais na inclusão de alunos com TEA, evidenciando sentimentos e práticas docentes e a necessidade de

formação e apoio. Oliveira CR, et al. (2025) analisam tecnologias assistivas utilizadas no ensino de Matemática para estudantes com TEA nos anos iniciais, indicando recursos que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem. Seabra Junior MO e Lacerda LCZ (2018) examinam as contingências a que o professor do atendimento educacional especializado está submetido ao desenvolver e aplicar recursos pedagógicos em sala de recursos multifuncional. Pinto GU e Amaral MH (2019) debatem a formação docente continuada e as práticas de ensino no AEE, à luz da abordagem histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica, explicitando situações que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Esses estudos mostram que a adaptação ocorre frequentemente depois que o planejamento já está pronto, tensionando a perspectiva da acessibilidade planejada desde o início.

Desenho universal para aprendizagem

A terceira categoria é uma das mais expressivas do corpus. Sebastián-Heredero E (2020) apresenta e analisa as diretrizes do Desenho Universal para Aprendizagem, sistematizando os múltiplos meios de representação, ação e expressão e engajamento. Oliveira ARP, et al. (2019) mapeiam as pesquisas empíricas internacionais sobre a interface DUA e inclusão, evidenciando o crescimento do campo. Costa-Renders EC (2025) apresenta síntese reflexiva do conhecimento produzido entre 2018 e 2022 sobre DUA e educação inclusiva, apontando o DUA como suporte para as práticas de ensino que envolvem a educação especial na perspectiva inclusiva. Zerbato AP e Mendes EG (2021) investigam se um programa de formação de professores baseado em DUA resultaria em práticas que alcançassem maior participação e aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns, com resultados favoráveis. Esses estudos evidenciam a centralidade do planejamento inclusivo desde o início como alternativa à adaptação individual posterior.

Ensino colaborativo e atuação dos profissionais

A quarta categoria contempla a colaboração entre profissionais. Buss B e Giacomazzo GF (2019) analisam as interações pedagógicas entre o segundo professor de turma e o professor titular na perspectiva do ensino colaborativo em Santa Catarina, evidenciando potencialidades e desafios do coensino. Setúval AS e Seabra Junior MO (2025) revisam estudos de caráter colaborativo relacionados ao uso de recursos pedagógicos e estratégias de ensino para a inclusão

do estudante público da educação especial, sistematizando condições que favorecem a colaboração. Benitez P e Domeniconi C (2018) operacionalizam a atuação do psicólogo-pesquisador no processo de inclusão escolar de estudantes com TEA e deficiência intelectual, com intervenções aplicadas por professores e pais, e avaliam a aprendizagem de leitura e escrita, mostrando ganhos do grupo experimental. Esses estudos indicam que a responsabilidade pelo estudante tende a ser distribuída entre professor da classe comum, professor especializado e demais profissionais, com o ensino colaborativo como estratégia estruturante.

Participação, pertencimento e aprendizagem

A quinta categoria reúne estudos sobre participação e resultados de aprendizagem. Maturana APPM, et al. (2019) analisam as perspectivas de profissionais escolares e familiares sobre as transferências de estudantes com deficiência intelectual de instituições especializadas para a escola comum, identificando eixos como formação de professores e condições institucionais. Cabral CS e Marin AH (2017) revisam a literatura nacional e internacional sobre inclusão escolar de crianças com TEA, agrupando os temas investigados e suas metodologias. Esses estudos revelam que a produção avalia mais frequentemente condições de escolarização e participação do que resultados acadêmicos específicos, e que a voz das crianças e a avaliação da aprendizagem em áreas curriculares permanecem lacunas importantes.

10

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão sistemática analisou 16 estudos publicados entre 2017 e 2025 sobre práticas pedagógicas inclusivas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A síntese evidencia cinco tendências da produção científica recente. Em primeiro lugar, as concepções de inclusão têm se deslocado de uma visão centrada na deficiência individual para a análise das barreiras do contexto educacional, com destaque para o combate ao capacitismo (SILVA RHR e PADILHA AML, 2025; PIMENTA PR, 2019). Em segundo lugar, o Desenho Universal para Aprendizagem constitui a abordagem mais investigada, articulando planejamento antecipado, múltiplos meios de representação, ação e engajamento (SEBASTIÁN-HEREDERO E, 2020; ZERBATO AP e MENDES EG, 2021; COSTA-RENDERS EC, 2025). Em terceiro lugar, o ensino colaborativo e a atuação articulada entre professor da classe comum, professor especializado e demais profissionais aparecem como condições estruturantes das práticas inclusivas (BUSS B e

GIACOMAZZO GF, 2019; SETÚVAL AS e SEABRA JUNIOR MO, 2025). Em quarto lugar, os recursos pedagógicos e as tecnologias assistivas são investigados como meios de ampliar acesso e participação, sobretudo no ensino de Matemática e na leitura e escrita (OLIVEIRA CR, et al., 2025; SEABRA JUNIOR MO e LACERDA LCZ, 2018). Em quinto lugar, a produção ainda avalia mais condições de escolarização do que resultados de aprendizagem em áreas curriculares específicas, e raramente dá voz aos próprios estudantes.

Entre as limitações desta revisão, destaca-se a busca restrita à base SciELO, o que pode subestimar a produção internacional sobre o tema. Como implicação, recomenda-se que as práticas pedagógicas nos anos iniciais incorporem o planejamento inclusivo desde o início, articulando DUA, ensino colaborativo, recursos acessíveis e mediação docente qualificada (AINSCOW M, 2004; ROSE DH e MEYER A, 2002), e que futuras pesquisas investiguem áreas curriculares específicas, resultados de aprendizagem e a participação dos estudantes nos processos de tomada de decisão sobre sua escolarização.

REFERÊNCIAS

AINSCOW M. O que significa inclusão? In: AINSCOW M. Desenvolvimento de escolas inclusivas: ideias, propostas e práticas para melhorar a inclusão escolar. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. p. 15-35.

BENITEZ P, DOMENICONI C. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2018; 22(1): 163-172.

BOOTH T, AINSCOW M. Index para la inclusión: desarrollo del juego, el aprendizaje y la participación en la escuela. Bristol: CSIE, 2002.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BUSS B, GIACOMAZZO GF. As interações pedagógicas na perspectiva do ensino colaborativo (coensino): diálogos com o segundo professor de turma em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2019; 25(4): 655-674.

CABRAL CS, MARIN AH. Inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática da literatura. *Educação em Revista*, 2017; 33: e142079.

COSTA-RENDERS EC. Desenho Universal para Aprendizagem como suporte à prática de ensino que envolve a Educação Especial na perspectiva inclusiva: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2025; 31: e0018.

MATURANA APPM, MENDES EG. Inclusão e deficiência intelectual: escola especial e comum sob a óptica dos próprios alunos. *Educar em Revista*, 2017; 66: 209-226.

MATURANA APPM, MENDES EG, CAPELLINI VLM. Schooling of students with intellectual disabilities: family and school perspectives. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 2019; 29: e2925.

OLIVEIRA ARP, MUNSTER MAV, GONÇALVES AG. Desenho Universal para Aprendizagem e Educação Inclusiva: uma revisão sistemática da literatura internacional. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2019; 25(4): 675-690.

OLIVEIRA CR, LOPES CV, OLIVEIRA GS. Tecnologias assistivas aplicadas à educação matemática inclusiva para estudantes com Transtorno de Espectro Autista nos anos iniciais do ensino fundamental. *Texto Livre*, 2025; 18: e56096.

PAGE MJ, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 2021; 372: n71.

PIMENTA PR. Clínica e escolarização dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). *Educação & Realidade*, 2019; 44(1): e84859.

PINTO GU, AMARAL MH. Formação docente continuada e práticas de ensino no atendimento educacional especializado. *Pro-Posições*, 2019; 30: e20180032.

ROSE DH, MEYER A. Teaching every student in the digital age: universal design for learning. Alexandria: ASCD, 2002.

SEABRA JUNIOR MO, LACERDA LCZ. Atendimento Educacional Especializado: planejamento e uso do recurso pedagógico. *Revista Brasileira de Educação*, 2018; 23: e230016.

SEBASTIÁN-HEREDERO E. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2020; 26(4): 733-768.

SETÚVAL AS, SEABRA JUNIOR MO. Estudos de caráter colaborativo relacionados ao uso de recursos pedagógicos e estratégias de ensino para inclusão do estudante público da educação especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2025; 31: e0200.

SILVA RHR, PADILHA AML. Contribuições dos estudos defectológicos de Vigotski para a inclusão escolar de estudantes com deficiência. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2025; 29: e283764.

VIGOTSKI LS. Obras completas: tomo V: fundamentos de defectologia. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

WEIZENMANN LS, PEZZI FAS, ZANON RB. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2020; 24: e217841.

ZERBATO AP, MENDES EG. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. *Educação e Pesquisa*, 2021; 47: e233730.